



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 05 DE OUTUBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da audiência pública da Comissão de Administração Pública, que se realiza no dia 5 de outubro de 2013.

São membros da Comissão os Vereadores Alfredinho, David Soares, Marquito, Atílio Francisco, Gilson Barreto, na Presidência, Coronel Camilo, na relatoria, e Mario Covas Neto.

Esta audiência foi demandada pelo Requerimento 15/2013, de autoria do Vereador Mario Covas Neto, aprovada em reunião ordinária do dia 10 de abril, com a finalidade de discutir o PL 415/2012, de autoria do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011/2020.

Esta é a 8ª audiência pública que a Comissão de Administração Pública realiza ao PL 475/2012.

Essas audiências estão sendo publicadas no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 26 de setembro passado; no jornal *Diário de S.Paulo*, no dia 2 de outubro e no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 4 de outubro.

Foram convidados para esta audiência pública: Secretarias: Dr. Antonio César Callegari, Secretário Municipal de Educação; Herman Jacobus, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Dra. Rosania Morales Morroni, Subsecretária de Articulação Regional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; os promotores Dr. João Paulo Porcinoni e Silva, Promotor do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dra. Fernanda Beatriz Gil da Silva Lopes, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude; Dr. Eduardo Dias de Souza Ferreira, Secretário da Promotoria da Justiça da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude; Dr. Marcos Costa, Presidente da OAB; Diretores de Ensino do Município: Butantã, Capela do Socorro, Campo Limpo, Penha, Pirituba, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, Freguesia do Ó/Brasilândia, Guaianazes, Ipiranga, Itaquera - representando o Professor Walter de Almeida Costa, Diretor Regional de

Educação de Itaquera, a Professora Maria Lúcia da Rocha. Obrigado pela representação do Professor Walter de Almeida -, Jaçanã/Tremembé.

Os Conselhos: Guiomar Namo de Mello, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Rudneia Alves Arantes, Coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares; Lualinda Silva de Toledo, Comissão de Educação do Conselho Tutelar; Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto, Presidente do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente.

Dos sindicatos: Prof. Ismael Nery Palhares Junior, Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais; Prof. Claudio Fonseca, Presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal e Sr. João Alberto Rodrigues, Presidente dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo. Das associações: Srs. Neivaldo Augusto Zovico, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos e membro da Federação de Educação e Integração dos Surdos; Ricardo Izidio de Oliveira, Presidente da Associação de Surdos de São Paulo; Ananda Grinkraut e Lindalva Feitosa Oliveira, do GT de Educação - Rede Nossa São Paulo. Também os Vereadores da Comissão de Educação. Todos têm participado das audiências públicas.

Informo que esta é a última audiência pública da Comissão de Administração Pública. Realizamos, pela Comissão de Educação, audiências em 12 de novembro e em 13 de dezembro de 2012. Esse projeto estava parado nesta Casa e esta Comissão, por meio do requerimento do Vereador Mario Covas Neto, chamou-o para si. Em 2013, realizamos audiências públicas no dia 8 e 28 de maio, na Câmara Municipal; em 25 de maio, no auditório da Uninove; em 10 de agosto, no CEU Jardim Paulistano; em 12 de setembro, na Câmara Municipal; em 14 de setembro, no CEU Cidade Dutra; em 21 de setembro, no CEU Butantã; e, hoje, 5 de outubro de 2013, no CEU Aricanduva.

Agradeço às Sras. Susete Rodrigues, Gestora do CEU Aricanduva, e Edneia Alves dos Santos Gonçalves, Coordenadora de Projetos Culturais; ao Sr. Fabio Silva dos Santos,

Coordenador do Núcleo de Cultura e à Sra. Silene Rezende, Assistente da Gestora. Nossos agradecimentos a todos, pois sabemos da realização de várias atividades, principalmente aos sábados e domingos, e esse espaço foi cedido para a audiência pública, a pedido da Comissão.

As diretrizes do projeto de lei do Plano Municipal de Educação são: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade de ensino; formação para o mundo do trabalho; promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humana, científica e tecnológica do Município; aplicação de recursos públicos em Educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e da Educação Inclusiva; valorização dos profissionais de Educação; difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade e fortalecimento da gestão democrática da educação. O relator do projeto é o Vereador Coronel Camilo. Sentimos que os educadores, pais e todos os interessados estão perdendo a oportunidade impar de discutir esta questão. Por quê? Porque é o projeto de lei que vai ser discutido e aprovado pela Câmara Municipal. 55 Srs. Vereadores.

Nas audiências públicas, o segmento não está dando a atenção devida e isso vai interferir na vida de cada professor, de cada educador. É a hora oportuna. Isto vai valer para até 2020. Já estamos dois anos perdidos disso. Isso ficou parado. Nós que chamamos para discussão. Infelizmente, não existia até agora um interesse maior dos educadores. São cento e tantos mil educadores. Amanhã vão reclamar. Não adianta reclamar depois nos cantos. Hoje, existe da municipalidade um plano, Mais Educação. Mas Mais Educação vai mexer mais na questão curricular do dia a dia. Agora, os direitos dos professores, dos educadores estão aqui.

Mais Educação terá mais deveres e estamos perdendo uma oportunidade impar. Como educador, vou falar como Vereador, mas eu lamento. Ainda há tempo. Depois este projeto vai a outras comissões e as pessoas não estão percebendo que estão perdendo uma

oportunidade impar de discutir. O fórum é este, são as audiências públicas.

Desde o início colocamos imparcialidade. Se apresentarem o que os educadores e pais querem, nós fazemos um substitutivo e apresentamos e vamos defendê-lo perante nossos Pares. Se ninguém apresenta nada, não tem interesse, vai ficar tudo como está e vai apenas apresentar o parecer porque o relator não terá opção a não ser essa.

Não poderia deixar, em nome da Comissão, de fazer este registro neste momento a respeito do Plano Municipal de Educação tão importante para os educadores e eles não estão aproveitando.

Tem a palavra o nobre Vereador Coronel Camilo, relator do projeto.

O SR. CORONEL CAMILO – Bom dia a todos. Agradeço ao Presidente da Comissão e corroboro em tudo que ele está falando. Nós precisamos participar. Eu vivo brigando, nos meus 33 anos de política, mais agora na vereança, pela participação das pessoas, pela participação inteligente, pela participação para fazer a diferença naquilo que está sendo nas nossas vidas.

Lá no caso, no Comando da Polícia Militar a participação da população nas áreas dos Consegs, na área de segurança, conhecer a segurança local, discutir a segurança com os Consegs e aqui também, agora na Vereança, e principalmente na Comissão de Administração, participarem dos projetos, incentivar a popular a participar. Infelizmente, eu constato isso, eu que participei das últimas audiências, não tive oportunidade de participar de todas, mas a participação é muito pequena para um assunto tão importante. Mesmo porque na discussão, na minha visão, todas das áreas são importantes, o Estado, a Prefeitura e a União, segurança, educação, saúde, assistência social, finanças, tudo é importante, mas educação é fundamental. É pela educação que a gente vai mudar o comportamento e volto a falar o que falei desde o primeiro dia das audiências que eu participei, façam as sugestões, não percam a oportunidade, o foco do projeto, o foco das ações deve ser os alunos. Todos são importantes, pais, professores, funcionários, a comunidade local, mas o foco deve ser sempre o aluno.

Devemos aproveitar esse momento para agregar valor nesse projeto.

Está é a última audiência, algumas sugestões foram feitas, nós vamos levar em consideração, mas na nossa parte da Comissão está praticamente terminando hoje. Faço esse relatório e entrego já na próxima reunião da Comissão de Administração e esse projeto vai para as outras Comissões. Acompanhem, participem, mas tenha sempre esse foco.

Volto a insistir, o que tiver de colaboração tragam com urgência, de preferência ainda hoje, porque na semana estou relatando. Independente disso, o que nós pudermos colaborar com essa área, que é tão importante para o cidadão de São Paulo, que é a educação, independente até de qualquer situação que a gente possa estar trabalhando, tragam para nossa avaliação na Câmara Municipal, de onde se alguma coisa não estiver funcionando, tragam para os Vereadores. Os Vereadores são os fiscais do Poder Executivo na cidade de São Paulo. Estamos lá para colaborar com a população, para fazer a vida das pessoas melhor. Esperamos que isso mude, a participação aumente ao longo do tempo, porque isso nada mais é do exercermos de fato a cidadania.

Sr. Presidente, obrigado pelas considerações. Parabéns pelos seus ensinamentos de longa data nesta Casa e, principalmente, como professor, eu também sou professor universitário, mas é importante a gente participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós vamos abrir a palavra para as colaborações e manifestações.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Mauro, do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública e do Fórum Municipal de Educação.

Cumprimento o Vereador Gilson Barreto, Presidente, o Vereador Coronel Camilo, Relator. Hoje, para a gente não ser repetitivo das várias audiências públicas que a gente

participou, não é Vereadores Coronel Camilo e Gilson Barreto, a gente está fazendo questão de destacar que no plano, no PL 415/2012, não está explicitado o financiamento da educação. Peço para incluir essa questão. Até fiz questão de trazer hoje a camiseta do movimento, que a gente está na campanha para 10% para a educação nacional, no Orçamento Federal, lembrando que no Estadual é 30% e aqui na cidade de São Paulo tem uma coisa grave que aconteceu em 2001, que foi a redução das verbas da educação. Então foi reduzido de 30% para primeiro 25% e depois colocou-se um projeto de lei que foi aprovado, criando a Lei Municipal 13.245/2001, que colocou as verbas dos aposentados na educação. Então o que era 25% acabou indo para 18%. Então, nós temos só praticamente 18% em manutenção e desenvolvimento do ensino. Uma das propostas já do plano, ou não necessariamente do plano mas da Comissão, é rever essa Lei 13.245. Só para destacar, ela foi assinada por Hélio Bicudo, Prefeito em exercício; Ana Emília Cordeiro e Alves, Secretária de negócios Jurídicos; Fernando Haddad, Secretário de Finanças e Desenvolvimento; Fernando José de Almeida, Secretário Municipal de Educação; Rui Goethe Falcão, Secretário do Governo Municipal. Isso para destacar que, na gestão que está aí, várias dessas pessoas estavam em 2001 e reduziram a verba da educação de 30% para 18%.

Na proposta concreta, chamo a atenção para a criação do Observatório da Violência Escolar. Ele pode estar incluído no plano, Srs. Vereadores, mas também pode ser um projeto de resolução, Vereador Gilson Barreto. Pode sair pela Comissão, porque a Câmara pode assumir essa questão do Observatório da Violência Escolar.

Outra proposta que o Movimento e o Fórum da Educação fez é sobre o dia da eleição do Conselho de Escola, no sentido de uma unificação. Também pode ser feito por um projeto de lei e entrar no calendário oficial da cidade. Ou seja, coloca-se no plano, mas também pode a Comissão apresentar, talvez com o apoio do sete Vereadores membros, o que torna mais fácil sua aprovação.

Outra questão: ouvidoria do aluno. Hoje temos uma Ouvidoria da Educação que é

vinculada à própria corporação. Não é - como bem conhece o Vereador Coronel Camilo nas ouvidorias do Estado – independente. Ali não fica subordinada. Imagine que você é o ouvidor e faz fiscalização, até determina punição para o policial militar, ou civil, mas depois você volte para a corporação. Quer dizer, deve haver uma separação. A Corregedoria da polícia, por exemplo, é independente. No caso da ouvidoria, você faz denúncia de uma violação mas são os próprios pares que estão julgando; e, às vezes, hoje é ouvidor e depois está na sala de aula, na mesma corporação. Então, o que seria uma ouvidoria nós também iremos apresentar. Tem uma minuta de projeto de lei. Podemos colocar isso no plano como indicativo, e pode também sair como um projeto de lei.

Quero, por último, fazer um convite. Estamos participando, junto com o Fórum da Educação. A palestra é pública. É sobre a dívida pública paulistana. Será no dia 15 de outubro, às 10h, na Câmara Municipal. Estamos discutindo educação, mas sem verba fica difícil desenvolver e, inclusive, apoiar a questão do custo aluno-qualidade, CAQ, como está no plano. Inclusive, tem as creches conveniadas, para o que chamamos a atenção. As creches conveniadas recebem praticamente metade do valor da creche direta, e os profissionais, assalariados, trabalham um terço a mais em horário. Precisamos equiparar essa questão, porque a criança precisa ter um bom atendimento, independentemente de ser creche direta ou conveniada. Finalizando, convidamos a todos para, no dia 15 de outubro, às 10h, participar dessa palestra pública sobre a dívida paulistana. Queremos mais dinheiro para a saúde, para a creche e para a educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós é que agradecemos. Mauro tem participado de todas as audiências públicas.

Próxima: Isabel Bernardes, do Depesp – GT Gênero e Violência.

A SRA. ISABEL CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Bom dia a todos e todas. Depesp é a Defensoria Pública do Estado. Gostaria apenas de fazer comentário ao que

Mauro falou sobre a ouvidoria ser externa.

Na Defensoria Pública, a Ouvidoria é externa. E eu concordo com ele quando fala que a ouvidoria ser interna é um problema. A nossa Ouvidoria é tão eficaz justamente porque não tem essa relação dentro... não é um defensor ou uma defensora que julga os pares. É uma situação muito complicada você estar ali, porque você entende...

... esse caso, justamente porque ela não tem essa relação dentro, não é um defensor ou uma defensora que julga os pares. É uma situação muito complicada mesmo você estar ali, porque você entende as dificuldades. Então, você tende a amenizar o sofrimento que um atendimento malfeito desencadeia, as consequências disso, porque você entende a dificuldade do colega. Então, é importante que a Ouvidoria seja externa para que esse tipo de empatia não faça com que a Ouvidoria seja ineficiente e, nesse caso, inócua, não é? Em relação a isso, é esse comentário.

Esta é a primeira audiência pública de que participo e eu me explico: Estou participando da Conae, pela primeira vez como delegada. Particpei da conferência livre e ali fiquei sabendo que eu poderia tentar ir como delegada pelo setor gênero e eu comecei a ir. Fui à Conferência Municipal, foi à Estadual e vou ver como que vou fazer para ir à Nacional, se vou conseguir.

Mas gostaria de falar sobre o tratamento da questão de gênero nas escolas, a questão da violência contra a mulher, a violência não física simplesmente - que é a que todo mundo já reconhece como inaceitável -, mas a violência cotidiana, a violência que se reproduz no nosso comportamento mais naturalizado, mais simples, naquilo que a gente nem percebe que a gente está sendo violenta.

Por exemplo, quando um homem mexe com uma mulher na rua, isso é extremamente violento e eu acredito que, talvez, algumas pessoas que estejam aqui discordem de mim. Só que é tão invasivo quando isso acontece, você se sente um lixo, você se sente uma coisa e mulheres não são coisas, mulheres são pessoas tanto quanto os homens.

É desse tipo de naturalização, desse tipo de pressuposto, de comportamento correto, adequado, inadequado, para meninos, para meninas, para professores, para professoras, para faxineiras, para faxineiros, comportamento dentro da escola, comportamento fora, esse tipo de naturalização tem de ser refletida, tem de fazer parte desse Plano Municipal de Educação, justamente porque está entranhado, isso faz parte da estrutura da nossa sociedade brasileira, faz parte da estrutura de todas as sociedades praticamente. É uma coisa muito difícil de mudar, se a gente não discutir isso.

E, mais importante ainda, não dá para você exigir que um professor ou uma professora ensinem a respeito disso, se eles mesmos não tiverem essa discussão prévia, porque aquilo está entranhado no professor, na professora, está entranhado na diretora e no diretor, está entranhado em todo mundo, em todos nós, porque somos criados e criadas assim. Isso faz parte não da natureza, porque isso não é natural, isso é construído, essa forma de compreender o que é feminino e o que é masculino. Isso é construído, essa forma de compreender o que é feminino e o que é masculino.

Então, acho que é muito importante que isso seja discutido nesse plano, que faça parte da capacitação dos professores e da educação informal - não da formal necessariamente. Na formal também é importante que se fale sobre a história das mulheres. Mas, principalmente, a educação informal, que se traduz naqueles comportamentos, naquelas posturas de professor: "Fecha a perna, menina! Que coisa feia!"; "Ai, para de correr, parece um moleque". Sabe? Esse tipo de coisa.

Há um livro do qual eu li um trechinho, na quarta série, na minha cartilha de Português, chamado *Bisa Bia, Bisa Bel*, da Ana Maria Machado. Eu nunca, nunca, nunca esqueci aquele pedacinho da história, que falava de como a Bel - e aí rolou até uma identificação, porque é meu nome também - queria subir numa árvore para roubar goiaba da vizinha, junto com um menino. E a Marcelinha - tão bonitinha, tão arrumadinha - não podia subir na árvore. "Ai, isso parece coisa de moleque". e aí o Sérgio, que era o menininho de

quem ela gostava, achava super legal que ela tinha subido na árvore. E como a bisa Bia, que era aquela... É disso que eu estou falando, essa naturalização de como que é ser menina, como que é ser menino, ser mulher, ser homem. A bisa Bia ficava lá: “Tá vendo, ele acha que você é um menino. Como é que você vai ficar sendo menino com ele, se você gosta dele. Ele não vai te tratar igual menina, ele vai tratar igual menina a Marcelinha, sua trouxa!”.

Recentemente, há um ano mais ou menos, eu encontrei esse livro num sebo. Debaixo do prédio onde eu trabalho, na Defensoria, tem um sebo e ele estava lá bem na porta, na vitrine. Eu olhei e disse: “Não acredito que esse livro está aqui”. Sabe quando você nem está pensando mais, você só atravessa a rua e pega na mão. Aí eu perguntei: “Quanto custa?”, aí o moço falou: “Dez reais”, e eu comprei só por causa dessa lembrança.

É desse tipo de lembrança emocional que a gente tem que falar. É muito difícil você falar disso porque irrita, mas é disso que a gente tem que falar. Mulheres em situação de violência são irritantes, mas é disso que a gente tem de falar.

Obrigada,

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós agradecemos.

O SR. - Posso falar só uma (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereador (ininteligível)

O SR. - Olha, eu concordo em gênero, número e grau de novo com o que você está falando, mas acho que tem de participar, sim, da educação formal. Eu sou muito aberto a ter uma disciplina chamada Cidadania, por exemplo, exercício de cidadania, o nome que quiserem chamar, mas para ensinar para as crianças hoje. Na minha visão tem de ser na primeira etapa da vida escolar, do primeiro ao quinto ano, que equivaleria ao nosso antigo primário, porque (ininteligível). É tão natural para a mulher se sentir desse jeito que acontece dentro de casa.

Estou falando isso porque somos, em casa, três irmãos e uma irmã, uma menina, e o meu pai era extremamente patriarcal, apesar de ter mudado. Era um sargento da Polícia

Militar e a minha casa era meio patriarcal. Então isso (ininteligível) ao longo do tempo. Tem que aprender na escola, porque aquilo era normal. Tem que aprender na escola diferente, tem que aprender o exercício da cidadania.

E vou mais além: isso aí, na realidade, nem sem se seria objeto de do próprio plano, mas talvez da matriz curricular, da capacitação de professores. Os professores têm que ter noção disso, porque muitas vezes eu vi o próprio professor fazendo brincadeiras e ironias com os alunos a respeito de... Inclusive discriminando não só as mulheres, mas negros. Isso eu vi em sala de aula.

Acho que tem de estender para todos os outros recortes, do negro, do deficiente físico, não só da mulher; até dos bolivianos, das outras raças, de tudo. Acho que é ir ensinando a exercer a cidadania para que as pessoas se cobrem isso, não achem normal as brincadeiras, como as brincadeiras com as mulheres. Acho que é por aí, mas vou um pouco além. Acho que tem que ser formal, sim. Tem que ter uma disciplina e, além disso, essa disciplina teria que ser “transversalizada” em todas as outras dentro da sala de aula.

E acho que tem que ser lá no início, porque é lá que se forma a personalidade e o caráter da criança, porque depois é um pouco mais difícil. Quanto mais avançar na idade, no ensino, mais difícil a gente incutir valores. Nós precisamos incutir valores, e aí, continuando nessa mesma linha, não só em relação a isso, mas em relação à própria convivência em sociedade; o valor de se respeitar a autoridade, seja do prefeito, seja do policial, seja do professor; o valor de se respeitar o bem público. A gente tem visto agora que as pessoas quebram... As cenas que vejo ultimamente me chocam muito. Aquele menino quebrando a Prefeitura de São Paulo com aquela grade. Agora na USP, do menino batendo com um caibro no vidro da reitoria da USP, na semana que passou. Tenha faltado lá atrás eles estudarem um pouquinho do que é conviver em sociedade, então acho que é por aí.

Parabéns pela sua posição. No que precisar que eu ajude nessa questão, estou à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. Próximo, Wilson Fiuza, do instituto Kwaray.

O SR. WILSON FIUZA – Wilson Fiuza, Instituto Kwaray. Bom dia, Vereadores.

Participamos da última audiência pública, nesta Casa. Participamos da rede conveniada e chamamos a atenção de alguns segmentos que fazem a discussão da rede, principalmente na área da Educação Infantil, que não existe necessidade de uma disputa entre a rede conveniada e a rede direta pública. Mesmo porque a quantidade de crianças, hoje, da rede conveniada, esse modelo de gestão vem se demonstrando capaz e eficiente.

Principalmente, e aí pediríamos a ajuda dos estudiosos,... Pega o número do último concurso público municipal e veja quantas professoras migraram da rede conveniada, que passaram no concurso público e estão hoje na rede pública direta. E essas professoras foram formadas e capacitadas na rede conveniada, que atende a mesma criança.

Acho que, aí, temos, cada vez mais, aperfeiçoado os modelos de gestão, de controle. Por isso que vemos insistindo em participar dessas reuniões e essas oportunidades são importantíssimas para a política pública no Município de São Paulo.

Agora, ficamos preocupados porque existe uma grande distância entre a rede pública, o custo dela, e da rede conveniada, sendo que essa é a criança do Município. Então, como é que você pode pegar... Costumo dizer que nós, as pequenas instituições, que não temos a isenção da cota patronal, somos militantes da Educação, principalmente nós que moramos e habitamos na periferia, onde atuamos.

Então, estamos preocupados porque temos de unir forças para atender as cento e poucas mil crianças que estão aí fora. Temos de melhorar essa gestão e, ao mesmo tempo, avançar e atender essas crianças que estão aí fora. Essas são as mães que batem na porta de nossa rede conveniada diariamente perguntando: “Tem vaga?”. Aí, sim, temos de nos manter unidos e atender, de fato, essas mães.

As crianças que têm um bom atendimento na rede conveniada, não vão fazer essas

coisas que o Coronel estava falando, de depredação. Não lutamos para a democracia para, hoje, vermos o que acontece nas manifestações!

Então, existem ferramentas simples: um bom projeto de educação continuada dentro da rede conveniada.

Então, essas coisas, essas experiências que temos tido ao longo desse tempo, vêm demonstrando que esse modelo de gestão está correto.

O Prefeito Haddad esteve na Câmara Municipal, no Fórum de Educação Infantil, e reafirmou, em seu plano, dizendo o seguinte: “A rede conveniada é importante para o Município de São Paulo”.

Agora, vemos os profissionais, os estudiosos e esta Comissão... buscar essas ferramentas de aperfeiçoamento, porque realmente não existe, não consigo ver outro mecanismo, outra ferramenta ao longo desses próximos anos para extinguir uma rede conveniada, um modelo que demonstrou que tem capacidade e que deu certo. Acho que se deve aperfeiçoar o modelo e avançar sem deixar ou menosprezar esse importante trabalho da rede conveniada.

Agradeço a atenção e aquilo que for possível, dentro da nossa humildade e capacidade, vamos contribuir e apresentar alguma coisa, Vereador Coronel Camilo, antes da finalização.

Muito obrigado.

O SR. CORONEL CAMILO – Só peço que isso chegue ao meu gabinete na segunda-feira. A próxima reunião da Comissão de Administração Pública é na quarta-feira, em que já devo entregar o parecer ou o substitutivo, dependendo do que formos fazer.

Deixo claro e já disse isso, acho que a rede conveniada completa a rede pública. Não vamos contra a rede direta e mesmo com a rede conveniada ainda faltam muitas vagas. Se houver um único plano bem desenvolvido as coisas funcionam bem. Então não há nenhuma pré-disposição, como o próprio Presidente falou, a Comissão está totalmente independente.

Vamos fazer o que for melhor para o aluno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Vereador, a rede conveniada vem a suprir a ineficiência do Poder Público Municipal, Estadual e Federal. Inclusive, tenho um projeto de lei que está em tramitação, dispondo para que as instituições de ensino particular que tenham vagas, que o Poder Público faça convênios e matricule crianças e jovens para atender essa demanda. Não justifica que numa Cidade riquíssima como São Paulo tenhamos alunos fora da sala de aula por falta de vaga. Isso até que o Poder Público se organize e venha a suprir todas essas deficiências existentes hoje.

A rede conveniada hoje é uma realidade devido ao andamento da máquina pública ao longo dos anos. Foi demonstrado que a rede conveniada veio para ficar.

Tem a palavra o Sr. José Adão de Oliveira, do Movimento Negro unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA – Bom dia. Srs. Vereadores Gilson Barreto e Coronel Camilo, vou falar de uma proposta que fizemos em 2010 sobre as Feiras Distritais de Educação, Ciência, Inovação, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável.

Na etapa estadual da Conferência Nacional da Educação, realizada em Serra Negra, participaram várias lideranças indígenas. Nesse rol de protestos pelo direito à Educação, a terra, ao viver, eles convidaram cerca de dois professores a participarem do evento da Avenida Paulista, no dia 2 de outubro. Compareci rapidamente em solidariedade. Eles estavam distribuindo um manifesto que, em resumo, eles dizem assim: nós somos, eles se identificam; explicam o porquê do protesto, falam da questão do viver; e aí fazem um diagnóstico dos 500 anos de convivência. Caminham desde a Avenida Paulista, descem a Brigadeiro Luís Antônio e terminam do Monumento às Bandeiras, em frente à Assembleia Legislativa, no Parque do Ibirapuera.

Simbolicamente, eles saíram da riqueza – da Paulista -, da cultura, estavam no vão do MASP, e terminam ao lado da lei, dos formuladores da lei, da Assembleia Legislativa. Ao

mesmo tempo, retomam os 500 anos na questão do Monumento às Bandeiras.

Na Conferência da Educação de 2010, um dos pontos aprovados foi a lei 11.645/08, que trata da cultura indígena; e a lei 10639, que trata dos povos afrodescendentes. Também foi falado sobre a necessidade de implantação do Plano Nacional de Educação Étnico-Racial.

Vivemos um momento de grandes decisões no Brasil porque até então os índios não eram considerados pessoas, cidadãos pensamentos. Eram protegidos, mas hoje em dia eles participam, falam, estão aprendendo, parando avenidas e tudo mais.

São Paulo sendo a capital financeira da América Latina e tendo uma rede enorme no setor da Educação acaba tendo peso grande em relação a qual futuro nós desejamos para o nosso país. Nesse sentido a proposta de Feira da Educação dá oportunidade a que no processo democrático lento, pausado, cada um de nós – desde a educação básica – possa absorver o conhecimento humano, por parte dos professores, entendendo o que é metodologia científica, aprendendo a se expressar, a contextualizar as questões, analisando os problemas e a partir daí apontando soluções.

Essa Feira Distrital seria realizada no primeiro semestre nas escolas municipais e estaduais, iniciando em março, com a sugestão de temas por parte dos estudantes; apresentada nas escolas em junho. Ao nível distrital os projetos que tivessem destaque, evidência, seriam convidados a participar. Num segundo momento, em outubro, a sede seria os CEUs Educação alternados com as ETCs. E para que assim seja realizada, haveria um regime de colaboração entre Município, Estado e União. Há questões relativas à legislação, ao aspecto financeiro. Pode-se ser que um projeto ajude, por exemplo, a gerenciar as águas do Rio Aricanduva. Talvez um aluno do ensino médio tenha uma grande ideia que demande um bom investimento, investimento que poderá ser viabilizado via BNDES. Seria então necessária a participação da União. Pode ser que haja destaque e que o projeto seja objeto de uma premiação, e o estudante poderá – mais tarde – viajar pelo projeto Sem Fronteiras,

complementando a sua formação no exterior.

Tudo isso são sonhos, mas espero que, se formularmos de acordo com a legislação uma proposta, que vocês possam, em resgatando os documentos básicos de 2010, incorporar ao PL 0415.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Acaba de falar o Adão, uma manifestação guarani em Defesa dos Direitos Indígenas, também tratam da PEC 215, quanto à mudança da Constituição na questão da demarcação de terras, mudanças para beneficiar os ruralistas.

Tem a palavra a professora Maria Lúcia Rocha, DRE Itaquera.

A SRA. MARIA LÚCIA ROCHA – Bom dia a todos e a todas. Estou representando a DRE Itaquera, na figura do Professor Valter.

Gostaria de dizer que sou educadora da rede pública municipal há 33 anos. Ao longo desses anos, e eu não sou pessimista, mas tivemos grandes conquistas não só com relação à categoria, mas em relação à criança. Quando se pensa em conquista, a corporação logo pensa na categoria, mas em penso na criança.

Por meio das legislações existentes ficou garantido o direito ao acesso. Hoje, o acesso é um direito, portanto, objeto de ações para que as crianças sejam atendidas. Hoje, uma criança fora da escola é objeto de ação do Ministério Público. Quando eu comecei a carreira não havia ação. Esses anos todos, enquanto educadora, vi muitas conquistas, mas vi também muitos recuos por parte de algumas gestões.

Quero dizer que tivemos conquista do ponto de vista não só de ter a criança na escola, como também o dinheiro do setor Educação oferecer material escolar, uniforme, direito ao transporte para quem mora longe. Também o redimensionamento de uma rede em que há um sistema que - todos sabemos - precisa avançar ainda mais, e objetiva garantir que as crianças tenham suas vagas.

Mas ele é objeto de garantia para que as crianças tenham uma vaga e garantia de uma lista, no caso dos seis. Acho que essa conquista da estrutura para a criança de dizer que não temos só de oferecer a vaga – que temos uma legislação que foi aprovada no começo dos anos 2000 – permite isso. Essa lei permite que a criança não só vá para escola, mas também tenha uniforme, material escolar, coisa que antigamente era facultativa pela caixa escolar. O material era oferecido pela APM, hoje não, os governos depois de 2001 têm de oferecer isso, é uma conquista pela legislação, é pela mudança da lei que nós garantimos isso.

Quando a gente acha que a lei tirou da educação, na verdade, ela acrescentou os direitos que o Vereador tanto falou, que são para as crianças. A educação tem de ser voltada para a criança, sobretudo. Não para interesses de corporação. A legislação é clara: são os direitos da criança. O que temos hoje é o Mais Educação, que embora tenha um foco na realização curricular, têm eixos que garantem que se pense, por exemplo, na gestão da escola.

A gestão não pode ser uma gestão unilateral, mas que a família vai participar, que a família chama a atenção para os papéis. A educação é papel do poder público, sim, mas pela Constituição a família também tem de ser envolvida na gestão da escola e no acompanhamento da criança.

No Mais Educação o texto está claro em relação a isso. Estamos empenhados nessa mudança. Esse projeto que há tempos ficou parado e agora foi retomado é importante para cidade, para se pensar a educação nos próximos anos. Não temos de pensar a educação só do ponto de vista do educador, do sindicato, da corporação, mas temos de pensar a educação com foco na criança e no adolescente, eles são o foco do ensinar e cuidar.

Temos hoje a rede direta e a rede conveniada e as duas têm de conviver e se falarem, se valorizarem. Portanto, há o poder público, mas a sociedade civil também tem de ter a responsabilidade social. Temos de pensar bem quando fazemos as propostas porque o atendimento à criança não tem de ser objeto em nenhum momento de favorecimento de ninguém, embora, eu acho que as duas redes (a conveniada e a direta) têm de existir e de

conviver e são mais do que isso, elas são necessárias. Temos um avanço sim aqui na região, conseguimos ampliar o atendimento, otimizar as vagas e os espaços ociosos e crianças que precisavam ser atendidas.

É com essa perspectiva que acho que o Plano Municipal tem de ter, não só o foco na criança, mas do uso do dinheiro público com responsabilidade, não pensando só nas corporações, mas sim no atendimento à criança.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, professora. Transmita nossos agradecimentos ao professor Valter que também é participante dos grandes movimentos sociais junto com o Wilson. Bons tempos.

Por último, passo a palavra a Sra. Cilene Resende, do CEU Aricanduva.

A SRA. CILENE RESENDE – Bom dia. Cumprimento o Sr. Presidente e o Coronel. Dou boas-vindas ao CEU Aricanduva. Estamos à disposição. A gestora Suzete gostaria de estar presente, mas o nosso CEU amanheceu mais triste porque perdemos a diretora da nossa EMEF, que faleceu esta madrugada. Então, estamos em luto e por isso ela não está presente.

Sejam todos bem-vindos e podem contar com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Agradecemos e transmita nossos sentimentos à professora.

Temos também uma palestra pública sobre a dívida paulistana, dia 15 de outubro, às 10h, na Câmara Municipal de São Paulo.

Tem a palavra o nobre Vereador Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO – Agradeço a presença de todos. Coloco-me à disposição e reitero que as sugestões que não foram feitas até agora, que sejam feitas até segunda-feira, no meu gabinete. A partir daí será difícil fazermos alguma inclusão, só nas outras comissões.

A finalização do trabalho, seja parecer seja substitutivo, estamos encaminhando na quarta-feira para discussão na Comissão de Administração Pública. Volto a insistir, como falou

a professora Maria Luiza, o foco tem de ser sempre o aluno, agregando tudo, não tenho dúvida, o professor, o funcionário, a comunidade, os pais e todos que possam colaborar para isso. Mas o foco tem de ser sempre o aluno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço. Você foi minha aluna?

Que bacana!

A respeito da educação, quero dizer que nós, Vereadores, temos apresentado alguns projetos. Quando a professora Maria Lúcia falou do transporte dos alunos, eu tenho um projeto de lei que propõe a redução da distância de dois quilômetros para um quilômetro; outro projeto sobre o transporte escolar gratuito e também da cláusula de barreira.

Outro projeto é sobre a demarcação em frente às escolas para que o transporte escolar gratuito possa estacionar. Hoje, o pessoal que cuida do trânsito não deixa o transporte escolar encostar na escola e essas crianças descem a uma distância, em praça, a 100 ou 200 metros de distância e depois vão até a escola. Isso é simples, mas é difícil e tem de ser lento para se resolver. É um absurdo a burocracia geral. Esse projeto já está em andamento, está bem adiantado. Quando os pais entregam o aluno ao condutor, praticamente está sob a responsabilidade da escola.

Então, acho que esse é um problema que, embora simples, temos que resolver.

São vários projetos de lei dos Srs. Vereadores, sempre com intenção de melhorar. Reitero meu desejo de que os educadores participem mais desse projeto antes que ele vá à votação, porque eles ainda não perceberam a importância da matéria. A Comissão é imparcial. Mas, chegando a alguma Comissão e alguém dando um direcionamento mais político, quem sabe tenha até mais êxito do que essa nossa contribuição. Estamos atentos e vamos acompanhar.

Quero agradecer à nossa equipe da Câmara Municipal, à TV Câmara São Paulo, à assessoria da Comissão de Administração Pública, que tem participado de todas as audiências

públicas e acompanhado de perto e nos dado grande respaldo. Agradeço também à Mônica, minha assessora jurídica, sempre presente nas audiências públicas. Agradeço também ao pessoal do CEU Aricanduva: Suzete Rodrigues, gestora do CEU; Ednéia Alves dos Santos Gonçalves, Coordenadora de Projetos Culturais; Fábio Silva dos Santos, Coordenador do Núcleo de Cultura; e Cilene Resende, Assistente de Direção.

Alguém tem mais algo a dizer? (Pausa) Assim que o Vereador Coronel Camilo apresentar, nesta quarta, isso irá possivelmente para a Comissão de Educação. Posteriormente, irá para Comissão de Finanças e Orçamento. Creio que a Comissão de Educação, que já fez duas audiências públicas em 2012, deverá fazer mais algumas para discutir a matéria. Essas audiências públicas foram solicitadas por 11 ou 12 organizações da educação, que requereram por meio da Comissão que fizéssemos 12 audiências públicas, que nós reduzimos para 8, sendo esta de hoje a última dessas 8, que esta Comissão de Administração Pública está realizando.

Através da Consabesp, nós aprovamos uma audiência pública quarta-feira sobre a dívida pública, e teremos em breve uma discussão sobre o tema na Comissão de Administração Pública.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes. Muito obrigado.

